



Convênio nº 13/2005
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT)
Plural Consultoria, Pesquisas e Serviços

**Plano Territorial
de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)
do Território Sertão de Minas Gerais: subsídio para
discussão**

**Este relatório é um subsídio às discussões do colegiado territorial
Pede-se não citar e não divulgar sem autorização do colegiado**

Novembro de 2006

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO SERTÃO DE
MINAS: SUBSÍDIO PARA DISCUSSÃO**

Ariane Favareto*

Novembro de 2006

* Consultora Plural Cooperativa, socióloga, mestranda em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas – FEAGRI/UNICAMP, e-mail: a.favareto@uol.com.br

Sumário

1 – Introdução

O Território Sertão de Minas é formado por dezessete municípios, divididos entre duas mesorregiões denominadas de Central, composta pelos municípios de: Augusto de Lima, Buenópolis, Corinto, Curvelo, Felixlândia, Inimutaba, Joaquim Felício, Monjolos, Morro da Garça, Presidente Juscelino, Santo Hipólito e Três Marias; e outra mesorregião denominada Norte, composta pelos municípios de Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Guaraciama e Olhos D'Água¹.

O Território foi homologado no dia 08/10/2004 pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS então com o nome de Território Guimarães Rosa, nos documentos analisados, a escolha do nome segue a seguinte justificativa:

“Guimarães Rosa foi uma espécie de mediador entre dois mundos, dois modos de vida, um rural e tradicional, outro moderno e urbano. Sua literatura captou a essência do interior do sertão mineiro. O mergulho do

¹ Os municípios da mesorregião Central formam a Associação dos Municípios Médio Rio das Velhas – AMEV, já os municípios da mesorregião Norte são chamados de Portal do Norte.

escritor no modo de vida sertanejo se tornou uma forma de preservar do esquecimento o homem do campo e sua linguagem”²

Recentemente optou-se pela alteração no nome do Território, que passou a ser chamado de Sertão de Minas, segundo informações, a troca se deu pela confusão que, principalmente os poderes públicos locais, estavam fazendo entre a proposta do desenvolvimento territorial e um programa de apoio turístico denominado “Circuito Guimarães Rosa”. O Circuito Turístico Guimarães Rosa é formado por treze municípios, dos quais sete estão na área de abrangência do Território.

Para a elaboração deste relatório foram visitados três municípios: Bocaiúva, Guaraciama e Olhos D’Água, a escolha se deu pelos contrastes encontrados em indicadores municipais e informações do consultor e da articuladora territorial. Além disso, como proposta de levar a discussão do desenvolvimento territorial e a formação do Colegiado Territorial, optamos por seguir a agenda desenvolvida localmente, contemplando os municípios escolhidos. Foi possível, portanto, participar de reuniões, previamente agendadas pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, que contaram com a participação de agricultores, representantes de associações, técnicos e representantes dos executivos municipais.

Segue abaixo os locais visitados, que ajudaram na constituição deste relatório, sendo possível perceber as realidades locais, os projetos desenvolvidos e até mesmo a dimensão de entendimento sobre o programa de desenvolvimento territorial:

1 – Município de Guaraciama: participação em reunião convocada pelo CMDRS, que tinha como principal objetivo apresentar o programa de desenvolvimento territorial e a indicação de três pessoas (sendo duas da sociedade civil e uma representante do poder público) que irão formar o Colegiado Territorial.

- Visita ao espaço onde será construído a Casa do Apicultor.
- Visita a um grupo de mulheres que trabalham com artesanato, inclusive ministram aulas para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.
- Participação em reunião com o prefeito municipal, que participa desde o início das discussões sobre o Território.

² Documento ata de reunião onde consta formação provisória da CIAT, sem data.

2 – Município de Bocaiúva: participação em reunião convocada pelo CMDRS com o mesmo objetivo.

- Visita a casa de um apicultor, exportador de mel.
- Visita a Associação Bocaiuvense de Artesanato.

3 – Município de Olhos D'Água: participação em reunião convocada pelo CMDRS, com presença de vários agricultores, prefeito municipal e vereadores, na Câmara Municipal.

O Território Sertão de Minas ainda não possui o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, portanto, este relatório tem por objetivo ser mais um instrumento disponibilizado aos atores locais para a materialização do Plano propriamente dito. Além disso, durante as reuniões, além dos objetivos já citados, pudemos colher informações que servirão de base para a construção do PTDRS do Território Sertão de Minas. Foi possível, portanto, recolher informações sobre a formação dos municípios, as experiências anteriores voltadas para o desenvolvimento rural, organização e produção.

Outro instrumento utilizado foi a análise documental de atas de reuniões e relatórios de oficinas realizados no território até a presente data.

Este relatório está estruturado em duas partes, uma primeira seção dedicada a se estabelecer um histórico das ações desenvolvidas no Território desde a sua formação e um segundo momento onde estão descritas algumas propostas que possam auxiliar na construção do PTDRS.

2 – Histórico das Ações

A partir da homologação do Território, algumas ações foram desenvolvidas encabeçadas de início pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – IDENE, dentre os poucos documentos obtidos, têm-se atas de reuniões e relatórios de oficinas ocorridas no Território. Importante frisar que a articuladora territorial só assumiu sua função há cerca de dois meses, o que prejudicou muito o acervo de documentos, que se apresentam fragmentados temporalmente e muitos, sem data.

A morosidade de uma devida articulação no território denota também outros problemas, como por exemplo, o desconhecimento sobre o programa de desenvolvimento territorial, claramente percebido durante as reuniões e, isto se dá, não somente pelos agricultores, como também por parte dos representantes do poder público. Além disso, nos próprios documentos é possível perceber a pouca participação, descrita principalmente nas oficinas.

Optamos por percorrer o histórico das ações desenvolvidas no Território para que se tenha uma noção do estágio atual do processo, o que poderá contribuir para a elaboração do PTDRS.

2.1 – Atas de reuniões

Os primeiros documentos existentes sobre a composição do Território Guimarães Rosa, atualmente Sertão de Minas, são atas de reuniões realizadas pelo IDENE, que foi a instituição que encabeçou a constituição do Território, mas que segundo informações monopolizava demasiadamente o processo.

O primeiro documento, sem data, traz uma especificação sobre identidade territorial, denominando os territórios rurais existentes no estado de Minas Gerais até então. Faz uma descrição sobre o papel do IDENE em promover a participação e articulação de atores sociais em sua área de abrangência, que compreende seis Territórios do estado (Vale do Mucuri, Serra Geral, Alto Jequitinhonha, Guimarães Rosa, Médio Jequitinhonha e Alto Rio Pardo). Este documento também coloca os principais entraves e os fatores favoráveis para implementação de uma política de desenvolvimento territorial sustentável.

Outro documento, também sem data, indica a razão de fundação do Território Guimarães Rosa, apoiado na idéia de fortalecimento do tecido social existente na região, ampliando a capacidade de organização das comunidades rurais, em busca de soluções efetivas para seus problemas comuns. Também neste documento estão descritos as entidades e associações que iniciaram a discussão sobre o desenvolvimento territorial, a saber:

- 46 associações de comunidades rurais
- 11 sindicatos de trabalhadores rurais
- Projeto Metamorfose (Corinto)
- Central de Acolhida e Proteção Social (Curvelo)
- Sub Comitê do Rio Embaiassaia (Joaquim Felício)
- Sub Comitê do Rio Bicudo (Morro da Garça)
- Cáritas (Joaquim Felício, Três Marias e Curvelo)
- Colônia Z5 de Pescadores (Três Marias)
- Cooperativa de Piscicultores (Três Marias)
- Projeto Manuelzão (Belo Horizonte)

- 8 associações dos assentados do PA Betinho
- Federação dos Pescadores de Minas Gerais
- 3 associação de artesãos
- Entidades governamentais
- Associação dos Municípios Médio Rio das Velhas – AMEV
- Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – IDENE
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado de Minas Gerais – EMATER
- Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG
- Instituto Estadual de Florestas – IEF
- Secretaria de Educação

Este documento também traz a composição provisória da CIAT, sendo, os representantes do poder público:

- AMEV, EMATER, EPAMIG, IDENE, Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA e Portal do Norte.

Representantes de entidades representativas dos agricultores familiares:

- STR (Buenópolis e Augusto de Lima), Associação dos Produtores de Hortigranjeiros de Curvelo, PA Betinho, Cáritas (Três Marias), CMDRS (Morro da Garça) e Projeto Metamorfose de Corinto.

Em ata datada do dia 23 de fevereiro de 2004, consta a formação da CIAT em reunião ocorrida na sede da AMEV, em Corinto. Esta reunião teve por objetivo esclarecer a política de desenvolvimento territorial aos presentes.

Segundo informações colhidas durante a visita no Território, hoje existe um grupo gestor, um núcleo técnico, ainda sem formação, e uma secretaria executiva. Nas visitas aos municípios, a articuladora territorial está colhendo os nomes das três pessoas que farão parte do Colegiado.

2.2 – Oficina Regional

A primeira oficina do Território aconteceu no dia 07 de julho de 2005, da pauta constam o significado da política de desenvolvimento territorial, uma apresentação do Território,

constando seu histórico, fundação e homologação pelo CEDRS, a organização institucional dos territórios rurais e a organização da Comissão de Implantação de Ações Territoriais – CIAT. Além disso, consta do relatório um debate sobre os encaminhamentos dos recursos para 2005.

Estavam presentes na oficina as seguintes representações:

- EPAMIG
- Prefeituras Municipais de Curvelo, Guaraciama, Morro da Garça, Inimutaba e Três Marias
- IDENE
- Cáritas de Curvelo e Joaquim Felício
- CMDRS de Buenópolis e Morro da Garça
- Projeto Metamorfose
- PA Betinho
- STR de Augusto de Lima e Felixlândia
- Projeto Manuelzão
- EMATER de Três Marias, Augusto de Lima e Curvelo
- SDT / MDA
- AMEV
- Câmara Municipal de Inimutaba e Curvelo
- Associação de Trabalhadores Rurais de Monjolos e Santo Hipólito
- Associação de Micro-localidades Rurais e Santo Hipólito e Inimutaba
- Associação de Produtores de Hortifrutigranjeiros de Curvelo
- Central de Conselhos e Entidades Sociais
- Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Buenópolis
- Diretor de Escola de Monjolos
- Patrimônio Cultural de Inimutaba

Nesta oficina foi possível, aos presentes, conhecer a política de desenvolvimento territorial, como também o papel que a CIAT deveria desempenhar e após discussões, definiu-se a eleição da CIAT pelo período de um ano. Ratificou-se, como representação, a formação provisória da CIAT, já descrita acima.

Houve também a estruturação de um cronograma de atividades para o 2º semestre de 2005, que consta de 4 oficinas territoriais e a discussão sobre ações objetivas que pudessem melhor estruturar o Território, sendo definido como propostas de projetos, na ordem que se segue:

1. Elaboração do PTDRS com diagnóstico participativo, sob responsabilidade do IDENE;
2. Estruturação da CIAT, tendo como proponente a Prefeitura Municipal de Morro da Garça;
3. Reestruturação dos Serviços de ATER, sob responsabilidade da EMATER;
4. Melhoria na carga genética do rebanho bovino, sob responsabilidade da EMATER e EPAMIG;
5. Estruturação de Agroindústrias, pelas Prefeituras Municipais;
6. Estruturação da Escola Técnica de Felixlândia;
7. Central de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar, tendo como proponente a EMATER.

Não sendo possível esgotar a discussão sobre os projetos, marcou-se reunião onde a CIAT deveria possibilitar os encaminhamentos necessários, de acordo com a prioridade colocada acima³.

2.3 – Oficina Territorial de Gestão Social⁴

A Oficina Territorial de Gestão Social, 2ª realizada no Território, teve como objetivo nivelar a CIAT (núcleo diretivo e núcleo técnico) e atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento territorial, centrando no planejamento estratégico e suas etapas, a fim de apoiar as ações no Território. Aconteceu nos dias 21 e 22 de setembro de 2005, na Casa de Cultura do Sertão, no município de Morro da Garça.

Estavam presentes nesta oficina:

- Associação de Produtores Hortifrutigranjeiros de Curvelo
- EMATER

³ Não foi possível obter as atas de reuniões da CIAT posteriores a esta oficina.

⁴ O registro desta oficina, refere-se à 2ª realizada no Território, não foi possível obter registros da 1ª oficina sobre nivelamento conceitual.

- Associação de Apicultores
- FEPECA
- Associação Comunitária de Micro-localidades de Inimutaba
- Projeto Metamorfose
- Prefeitura Municipal de Felixlândia
- CONAB
- STR de Buenópolis
- Cáritas de Joaquim Felício e Três Marias
- CMDRS de Morro da Garça
- Associação Beneficente dos Moradores de Vila Marisia (Augusto de Lima)
- SDT / MDA
- AMEV
- Câmara Municipal de Inimutaba
- PA Final Feliz de Joaquim Felício
- Associação dos Produtores Rurais de Presidente Juscelino

Percebe-se, pela lista de presentes, a ausência de representantes do poder público municipal, ficando de fora da oficina os municípios de Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Guaraciama, Monjolos, Olhos D'Água e Santo Hipólito. Segundo um participante do evento, desde julho, portanto cerca de dois meses antes, havia sido pensada uma melhor articulação com as prefeituras municipais, mas não estava acontecendo, ficando o presidente da AMEV responsável por fazer a interlocução com todas as prefeituras municipais do Território.

Nesta oficina houve uma explanação sobre a CONAB e uma discussão sobre os conceitos de gestão social / gestão territorial, políticas públicas e planejamento participativo, visando a construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Na discussão sobre o PTDRS, há registros de uma certa polêmica, pela responsabilidade do Plano ficar com o IDENE, sugeriu-se que os resultados da 1ª oficina fossem colocados no Plano, onde havia se discutido sobre os eixos estruturadores e sobre o sistema produtivo do Território.

Como encaminhamentos desta oficina, além da confirmação de datas para a próxima atividade, foram retiradas ações que tinham por objetivo sanar os problemas

encontrados, principalmente no tocante a interlocução com as prefeituras municipais, ficando marcada uma reunião entre a AMEV e todos os representantes do poder executivo do Território, para ser apresentado o projeto de desenvolvimento territorial, um histórico do Território e o plano de trabalho elaborado para o PROINF 2005. Além disso, foi formada uma comissão de comunicação com a responsabilidade de repassar datas e encaminhamentos aos membros da CIAT.

2.4 – Oficina de Gestão e Planejamento

A 3ª oficina realizada no Território aconteceu entre os dias de 27 e 28 de outubro de 2005 no Salão Comunitário e na Câmara Municipal de Buenópolis, tendo como objetivo nivelar, capacitar, complementar e repassar informações sobre gestão e planejamento aos membros da CIAT e demais atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento territorial.

Estavam representados:

- EMATER
- Fazenda Goiabal de Buenópolis
- Câmara Municipal de Guaraciama
- Associação Comunitária do Barreiro de Fava de Buenópolis
- Associação Curumataí Arraial de Buenópolis
- AMEV
- Projeto Metamorfose
- Prefeitura Municipal de Guaraciama e Joaquim Felício
- Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros de Curvelo
- ONG ABC de Bocaiúva
- Associação Riachinho de Bocaiúva
- STR de Buenópolis e Bocaiúva
- Associação Comunitária do Buriti Almeida e Adjacências de Buenópolis

- SDT / MDA
- Cáritas de Três Marias
- IDENE
- Assentamento Catone de Joaquim Felício
- Associação dos Produtores Rurais de Presidente Juscelino
- Associação Beneficente dos Moradores de Vila Marisia (Augusto de Lima)

Novamente nota-se a ausência de representantes do poder público municipal, ficando Engenheiro Navarro, Felixlândia, Francisco Dumont, Inimutaba, Monjolos, Olhos d'Água e Santo Hipólito fora das discussões desta 3ª oficina.

A oficina inicia-se com um debate acerca da própria realização da atividade, uma vez que não havia número suficiente de participantes, deixando claro um processo de falta de comunicação entre os membros da CIAT e os envolvidos no processo, embora tenha-se tirado como encaminhamento na última oficina várias ações que procuravam preencher esta lacuna.

Decidiu-se que o prefeito de Guaraciama, membro da CIAT, ficaria responsável pela divulgação das ações e encaminhamentos junto aos municípios do Portal do Norte, enquanto um membro da AMEV ficaria responsável por esta ação junto aos outros municípios.

A oficina teve, então, andamento com discussões acerca do que é e como se dá a gestão social no Território, sendo um elemento estratégico para a configuração de ações territoriais. Após, discutiu-se sobre o planejamento na gestão territorial, definindo-se as principais características de um bom planejamento e suas formas, enfatizando o PTDRS como um importante recurso para a gestão social do Território.

No período da noite realizou-se uma reunião de sensibilização dos gestores públicos, demandada pela CIAT, com o objetivo de envolver as prefeituras municipais no processo de desenvolvimento territorial.

Como encaminhamentos desta oficina, temos as seguintes ações: elaboração de regimento interno, conferir endereços e telefones para agilizar comunicação,

composição de uma comissão de comunicação, realizar convites para outros parceiros e agendamento de reuniões e da 4ª oficina⁵.

2.5 – Estudo Propositivo

O Estudo Propositivo do Território Sertão de Minas foi concluído em novembro de 2005, entre seus principais objetivos estão a identificação e compreensão das principais estratégias de desenvolvimento em construção no Território; identificação dos principais eixos existentes e priorizados pelos atores locais e identificação do sistema produtivo com suas principais potencialidades e fatores limitantes.

O texto apresenta as características gerais do Território com histórico, divisão político-administrativa, caracterização do ecossistema, aspectos demográficos, indicadores sócio-econômicos e dados sobre educação. Apresenta também o sistema produtivo, as ações de desenvolvimento no Território e propostas para a dinamização, dentre as quais, destacamos:

- Investir na criação e fortalecimento de movimentos sociais, do associativismo e cooperativismo;
- Investir qualitativa e quantitativamente em assistência técnica;
- Implementar políticas públicas que promovam a geração de renda e ocupação produtiva possibilitando a melhoria da qualidade de vida das pessoas;
- Integrar a mulher e o jovem nas atividades do meio rural, visto que é crescente o número de jovens e mulheres migrando para a cidade;
- Desenvolver e implementar ações / projetos que possibilitem a ocupação do jovem em atividades agrícolas, promovendo assim a diminuição do êxodo rural, a desagregação familiar e conseqüentemente a diminuição da violência urbana;
- Fortalecer os elos de integração entre os técnicos e os pequenos produtores rurais, favorecendo o aprendizado de ambos, pois, de acordo com os agricultores familiares, o homem do campo tem saberes e conhecimentos próprios;
- Promover a troca de experiências na agricultura familiar.

⁵ Não foi possível obter o relatório referente a 4ª oficina realizada no Território.

Além disso, o Estudo Propositivo traz os eixos prioritários do Território Sertão de Minas, focados nos seguintes aspectos: Agricultura Familiar, Educação, Agroindústria, Reforma Agrária, Meio Ambiente, Turismo e Artesanato e Saúde.

Numa tentativa de desmembrar os eixos acima citados, temos as seguintes ações propositivas⁶:

Agricultura familiar:

- Investir em assistência técnica de qualidade e em quantidade;
- Promover intercâmbios e trocas de experiências dentro e fora do território;
- Investir na produção de sementes de qualidade;
- Fomentar a diversificação da produção;
- Incentivar a agricultura irrigada;
- Promover a melhoria genética do rebanho bovino;
- Investir em melhoria e correção do solo;
- Investir na aquisição de tanques de resfriamento de leite;
- Criar e fortalecer os CMDRS e os STRs;
- Criar e fortalecer cooperativas de produção e de crédito;
- Capacitar em gestão de cooperativas de produção e de crédito;
- Divulgar e promover maior acesso às políticas de crédito - Pronaf Crédito, Pronaf Mulher e Pronaf Jovem;
- Identificar novos canais e logísticas de comercialização;
- Criar e fortalecer feiras livres municipais;
- Incrementar e fortalecer a comercialização via CONAB;
- Incentivar a agroecologia;
- Fortalecer a parceria com o IDENE, visando a implementação de ações de desenvolvimento por meio do Programa PAPP - PCPR.

Educação:

- Investir na criação de escolas família agrícola;
- Promover a adequação do ensino e do currículo escolar à realidade do homem do campo;

⁶ As informações foram extraídas do Estudo Propositivo para o Território Sertão de Minas, sistematizadas durante a Oficina de apresentação e validação do Estudo Propositivo do Território Guimarães Rosa, em 2005.

- Incentivar a inclusão da matéria Educação Sanitária no currículo das escolas rurais;
- Fortalecer e aumentar as ações do PRONERA nos projetos de assentamento;
- Promover a capacitação informal da mão de obra em agricultura / agroecologia;
- Promover a capacitação dos agricultores familiares em gestão e planejamento;
- Estabelecer parcerias com a EPAMIG - projetos para aumento da tecnologia, produtividade e lucratividade do agricultor familiar;
- Estabelecer parcerias com universidades – UFV, UFMG, UEMG.

Agroindústria Familiar:

- Identificar e fortalecer as agroindústrias existentes;
- Promover a capacitação em associativismo, organização da produção, planejamento e gestão de empreendimentos;
- Capacitar agricultores em qualidade no processamento de alimentos;
- Identificar e acessar o mercado externo ao território.

Reforma Agrária:

- Promover o fortalecimento do sistema produtivo dos projetos de assentamento;
- Investir em políticas de crédito fundiário.

Meio Ambiente:

- Desenvolver um plano de educação ambiental principalmente nas escolas;
- Promover a mobilização das comunidades para a proteção, conservação e recuperação das nascentes, rios, matas ciliares e de topo;
- Criar grupos de interesse capazes de reivindicar maior efetividade na aplicação e cumprimento de leis voltadas para o extrativismo mineral e vegetal;
- Promover o uso racional do solo junto aos agricultores,
- Promover a criação de Áreas de Preservação Ambiental;
- Investir na profissionalização de agentes que atuam em projetos ambientais;
- Promover a gestão ambiental no território;
- Investir em políticas públicas de saneamento rural;
- Promover a construção de barraginhas;
- Estabelecer parcerias com o Projeto Manuelzão visando a capacitação da população ribeirinha em questões ambientais.

Turismo e Artesanato:

- Realizar levantamento do artesanato, dos artesãos e potencialidades;
- Capacitar em associativismo, organização da produção, planejamento e gestão de empreendimentos;
- Realizar inventário e promover o resgate da cultura popular;
- Incentivar as manifestações culturais locais;
- Promover a divulgação da Casa de Cultura do Sertão em Morro da Garça;
- Promover os Circuitos Turísticos “Guimarães Rosa”, da “Serra do Cabral” e dos “Diamantes”;
- Promover e fortalecer o turismo religioso e o ecoturismo;
- Divulgar as atividades culturais: calendário e material publicitário sobre o território.

Saúde:

- Identificar alternativas que possibilitem a garantia da saúde da população rural, como por exemplo, a criação de consultórios médicos e dentários em determinadas localidades rurais para atendimento regional;
- Organizar e fortalecer as comunidades de base e movimentos sociais, visando a mobilização para articulação de políticas públicas com foco na saúde da população rural.

3 – Propostas

Em primeiro lugar, é importante destacar que o processo de construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Sertão de Minas ainda se encontra num estágio bastante embrionário. Foi possível perceber vários problemas neste processo, sendo talvez, o principal deles o relacionamento entre os membros da CIAT e o IDENE, uma vez que a materialização do PTDRS ficou sobre a responsabilidade desta última instituição e, pelo que se pôde colher de acervo e informações no Território, não houve encaminhamentos.

Portanto, as propostas aqui colocadas, a partir do levantamento das ações e das informações colhidas, têm mais o sentido de colaborar na constituição do Plano, sendo dentre os instrumentos já existentes mais um que poderá ajudar tanto na qualificação do processo, como na elaboração do Plano.

A primeira questão que se quer chamar a atenção é sobre o próprio nome do Território, antes intitulado Guimarães Rosa e agora Sertão de Minas, ocorre que por conta de uma confusão entre o Circuito Turístico e o Território, o nome foi alterado, entendemos, porém, que a antiga nomeação tem forte apelo popular e dos poderes públicos e, além disso, poderia-se trabalhar a idéia de congregar outros municípios ao Circuito, uma vez que vários deles apresentam potencial turístico, calcados em belezas naturais e confecção de artesanato, ponto muito forte no Território.

A confusão entre o Circuito e o Território deveria e poderia ser sanada a partir de uma rede maior de informações, identificado como outro problema grave no Território, visto

principalmente nas listas de participantes das oficinas e no quase descaso das prefeituras municipais⁷.

Ainda no que tange a participação, é importante destacar que o Território conta com o maior assentamento de Minas Gerais, com populações tradicionais ribeirinhas e pescadores artesanais e com comunidades extrativistas e de artesãos e com comunidades quilombolas, ou seja, uma gama de atores que precisam ser informados do processo de desenvolvimento territorial e se envolverem de forma mais assídua.

Apesar do esforço de se realizar as oficinas em cidades diferentes, numa análise sobre as listas de presença, percebe-se que há uma aglutinação das associações locais, mas que estas não acompanham as outras oficinas, é preciso que haja uma contratação mais efetiva com os participantes e com outras associações e segmentos que ainda não se incluíram nas discussões para que todo o processo seja efetivamente participativo. Portanto, é de suma importância o fortalecimento das associações existentes, bem como a criação de novas formas de participação em outros ambientes institucionais como, por exemplo, os Conselhos Municipais.

Outro que parece ser um entrave nas discussões sobre o Território é uma clara distinção entre os municípios que compõem o Portal do Norte e os municípios da AMEV, se se deseja estabelecer uma identidade territorial, é necessário uma maior integração entre estas duas esferas, procurando ações que sejam implementadas em todo o Território, de forma a fortalecer esta identidade.

Grande problema ouvido durante a pesquisa de campo e facilmente identificado é a questão ambiental, inclusive, a título de exemplo, no município de Olhos d'Água, os moradores se organizaram em torno de um projeto de proteção ambiental, que procura mostrar, principalmente para as indústrias locais, os problemas gerados ao meio ambiente ao longo dos anos, tentando sensibilizá-los a um olhar mais atento. Embora seja louvável a iniciativa, o projeto acaba tendo pouco alcance e até desconhecimento pelos outros municípios do Território. Desta forma, é necessário que se abra uma

⁷ Importante citar que este problema poderá ser sanado a partir das visitas que a articuladora territorial está promovendo em todos os municípios com o objetivo de compor o Colegiado, mas também de sensibilizar os poderes municipais (prefeituras e câmaras de vereadores), embora pelos documentos analisados várias vezes tentou-se esta sensibilização, sem obter-se total êxito e engajamento.

discussão em torno de projetos isolados e proporcionar a participação de segmentos urbanos que, sem dúvida também são co-responsáveis pelas ações de detrimento ao meio ambiente.

Uma discussão mais aprofundada deve ocorrer também com relação às indústrias de carvão e reflorestamento, presentes principalmente na porção norte do Território, pois ao mesmo tempo em que geram empregos e dinamizam a economia local, poluem o meio ambiente.

A educação representa mais um tema a ser aprofundado no Território, a indicação aqui fica por conta de se estabelecer maiores informações e troca de experiências com outros Territórios até mesmo de outros estados, sobre a Pedagogia da Alternância. Entre os municípios visitados, parece ser unânime uma preferência pelas escolas na zona urbana, entretanto seria importante conhecer outras realidades. Além disso, promover um levantamento sobre os atendidos pelos programas voltados para educação no Território, como por exemplo o programa “Cidadão Nota Dez”, levando-se em consideração o alto índice de analfabetismo nos municípios.

Pôde-se perceber pouca participação de jovens nas reuniões nos municípios e a falta de equipamentos de cultura e lazer, praticamente inexistentes. Apoiar projetos que tenham como objetivo disseminar a cultura da região pode ser de grande valia, principalmente por favorecer o fortalecimento da identidade local. Há iniciativas isoladas, levada a cabo pelos técnicos da EMATER, de promoção de festas e encontros que têm por objetivo integrar as comunidades rurais através da culinária com produtos típicos, isto deve ser fortalecido e disseminado para todo o Território.

Como já citado anteriormente, o artesanato tem forte raiz no Território e deve ser incentivado, principalmente porque aglutina mulheres, como também a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar. Neste sentido, importante destacar a produção de cachaça de Olhos D’Água que, por não engarrafar o produto, acaba por vender sua produção para outro município, que tem “seu” produto reconhecido internacionalmente.

Uma aproximação com as Universidades do Território, bem como do estado poderão ajudar na composição do PTDRS, que deverá levar em consideração os saberes e estudos locais e promover um levantamento sobre a configuração espacial, aspectos históricos e geo-ambientais, informações populacionais, organização social, aspectos econômicos, serviços de apoio a produção e equipamentos de lazer e cultura.

Dos projetos em andamento, o de apicultura poderá gerar renda para agricultores que estão iniciando esta produção, a exemplo da Associação de Apicultores de Bocaiúva.

Entendemos, portanto, que a continuidade do processo de constituição do PTDRS no Território Sertão de Minas deva abranger ampla discussão, que seja capaz de desenvolver de forma eficaz os eixos prioritários e as propostas de ações, promovendo maior participação, numa definição de visão de futuro que englobe mais atores e segmentos do Território, que possui uma gama de associações, movimentos, entidades e assistência técnica disposta a levar a cabo o desenvolvimento territorial.

4 – Referências

CIAT – Território Sertão de Minas. **Relatório de Atividades.** s/d.

_____. **Ata de reunião de constituição do Território Guimarães Rosa.** Corinto (MG), 23 de fevereiro de 2004.

_____. **Relatório da Oficina Regional.** Corinto (MG), 7 de julho de 2005.

DEMARCO, Diogo Joel. **Relatório Síntese das Definições do Encontro Estadual dos Territórios de Minas Gerais.** Belo Horizonte (MG), 21 e 22 de junho de 2005.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA / Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável: Guia para o planejamento.** Documento de apoio nº 2. Brasília, Novembro de 2005.

TEIXEIRA, Maria do Carmo Santos. **Estudo para Dinamização Econômica dos Territórios Rurais. Estudo Analítico e Propositivo dos Estudos e Planos Realizados para o Território Guimarães Rosa – MG.** PCT BRA/IICA/03/006. Setembro de 2005.

_____. **Relatório da Oficina Territorial de Gestão Social.** Morro da Garça (MG), 21 e 22 de setembro de 2005.

_____. **Relatório da 3ª Oficina do 1º Ciclo – Gestão e Planejamento.** Buenópolis (MG), 27 e 28 de Outubro de 2005.

www.mda.gov.br/sdt

www.territorios.com.br